



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

LEI COMPLEMENTAR Nº 30/2013.

De 24 de Maio de 2013.

Reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Câmara Municipal de Novo Mundo - MT e de outras providências.

A Câmara Municipal de Novo Mundo, nos termos do art. 5º do art. 211, do Regimento Interno, Faz saber que o Soberano Plenário Decreta e eu, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo Promulgo a seguinte Lei.

TÍTULO I

DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Art. 1.ª. Esta Lei Complementar Reestrutura o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Novo Mundo ; MT.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I ; Sistema de Evolução Funcional: o conjunto de possibilidades proporcionadas pela Administração da Câmara municipal baseado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho que assegurem aos servidores aperfeiçoamento, capacitação periódica e condições indispensáveis a sua ascensão funcional, visando à valorização e à profissionalização dos recursos humanos disponíveis, tendo a finalidade de assegurar a continuidade da atividade administrativa, a eficiência e a eficácia do serviço público;

II ; Plano de Carreira: o conjunto de políticas para incentivar os servidores a ascender profissionalmente, de acordo com os critérios definidos neste plano;

III ; Carreira: o conjunto de níveis de um cargo organizados em seqüência e dispostos hierarquicamente, de acordo com a complexidade e responsabilidade que apresentem, observados os requisitos mínimos de escolaridade, qualificação e experiência profissional no serviço público;

IV ; Promoção horizontal: a passagem do servidor de uma classe para outra, no mesmo nível da escala de vencimento de um cargo;

V ; Promoção vertical: a passagem de um nível para outro dentro do mesmo cargo, decorrente de cumprimento de interstício de tempo de serviço nos termos desta Lei Complementar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

VI ; Servidor: a pessoa legalmente investida em cargo p blico, sob regime estatutário.

VII ; Cargo: o conjunto de atribuições e responsabilidades cabíveis ao servidor, com denominação própria, não mero cargo pelos cofres públicos;

VIII ; Grupo ocupacional: o conjunto de cargos segundo a correlação e afinidade entre as atividades, a natureza do trabalho ou o grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições ;

IX ; Quadro de pessoal: o conjunto de cargos e funções pertencentes à estrutura funcional da Câmara municipal;

X ; Classe: a divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido horizontal e as correspondentes retribuições pecuniárias;

XI ; Nível: a divisão da carreira que demonstra amplitude funcional do cargo no sentido vertical e as correspondentes retribuições pecuniárias;

XII ; Vencimento: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público com valor fixado em Lei Complementar e deverá ser pago até o dia 10 do mês subsequente ao trabalhado;

XIII ; Proventos: a retribuição paga mensalmente ao servidor aposentado e ao pensionista;

XIV ; Remuneração: o vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens permanentes ou temporárias estabelecidas em lei.

XV - Enquadramento inicial: define o nível de vencimento e a classe inicial do cargo.

XVI ; Enquadramento final: Estabelece o nível de vencimento e a classe salarial final do cargo

CAPÍTULO II Do Quadro de Pessoal

Art. 2.º - O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Novo Mundo ; MT é composto das seguintes partes:

Cargos de Provimento Efetivo;

Cargos de Provimento em Comissão.

§ 1.º Os cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo I, são aqueles que precedem de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com o regulamento e o edital de chamamento para as inscrições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

▣ 2..Os cargos de provimento em comissão são aqueles de livre nomeação e exoneração pelo presidente do Poder Legislativo Municipal e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3.º. Os cargos de provimento em comissão constantes da Estrutura Organizacional Administrativa desta Câmara municipal têm caráter provisório e seus ocupantes se submetem ao regime de dedicação exclusiva, podendo ser convocados para trabalhos extras sempre que houver interesse da Administração.

Parágrafo único. O regime de trabalho a que se refere o caput não dá direito a quaisquer acréscimos remuneratórios pela realização de tarefas fora do horário normal de expediente e nem pelo acúmulo de outra função ou outra atividade remunerada.

Seção Única Da Criação de Cargos

Art. 4.º. A criação de um novo cargo, além do cumprimento das exigências constantes do art. 169 da Constituição Federal, estará condicionada às seguintes exigências:

Padrão de vencimento dentro da tabela prevista nesta Lei Complementar;

Descrição sintática e analítica das suas atribuições; e

Condições de trabalho, incluindo o horário semanal, ambiente e outros requisitos específicos;

Grau de escolaridade, e;

Idade mínima.

CAPÍTULO III

Do Vencimento, das Vantagens, das Gratificações e da Acumulação de Cargos

Seção 1 Do Vencimento

Art. 5.º. O vencimento dos cargos de provimento efetivo está disposto em tabelas constituídas de referências compostas devendo ser enumerados de 1 a 12 e de classes, que vão da letra A até a letra D, de acordo com cada grupo ocupacional.

▣ 1..As tabelas de vencimentos de que trata o caput constam do Anexo IV, integrante da presente Lei Complementar.

▣ 2.º O valor do vencimento dos ocupantes de cargos em comissão é estabelecido no anexo II da presente Lei Complementar.

Seção II Do Teto Absoluto de Vencimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

Art. 6.º. A remuneração e o vencimento dos ocupantes de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, bem como os proventos de aposentadoria e pensão ou outra espécie remuneratória, percebidas cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais e de qualquer outra natureza, não poderão exceder ao subsídio mensal, em espécie, do prefeito municipal, nos termos do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Excluem-se do teto de que trata o caput as verbas de caráter indenizatório, assim estabelecidas em legislação específica.

Seção III Das Vantagens

Art. 7.º. Aplica-se aos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal o disposto no § 3.º do art. 39 da Constituição Federal e ainda os seguintes:

I ; Licença especial Premio, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

II ; Adicional por tempo de serviço, concedido aos funcionários efetivos abrangidos pela Resolução anterior, até o máximo de 32% pelo efetivo exercício do serviço público, sendo o mesmo calculado unicamente sobre o valor do nível em que o servidor estiver enquadrado, ficando vetado a concessão deste adicional aos servidores que ingressaram no quadro funcional a partir do concurso 001/2011.

III ; Gratificação pela participação em cursos, simpósios ou seminários, assim definida:

- 1% (um por cento) sobre a remuneração pela participação em cursos, simpósios ou seminários com carga horária entre ~~oito~~ dezesseis horas;*
- 2% (dois por cento) sobre a remuneração pela participação em cursos, simpósios ou seminários com carga horária entre ~~dois~~ a vinte e quatro horas; e,*
- 3% (três por cento) sobre a remuneração pela participação em cursos, simpósios ou seminários com carga horária acima ~~de~~ vinte e quatro horas.*

1ª A gratificação de que trata o inciso III do caput tem a finalidade de motivar constantemente o servidor para o aprimoramento no trabalho.

2ª A gratificação referida no parágrafo anterior, tendo em vista a sua finalidade, terá vigência apenas no ano em que houver a participação do servidor nos cursos, simpósios ou seminários.

3ª A cada exercício o servidor adquirirá o direito perceber a gratificação referida no inciso III e alíneas do ~~par~~, desde que tenha participação em novos cursos, simpósios ou seminários.

4ª A referida gratificação não será cumulativa e deverá ser paga a partir do mês em que for requerida, com a devida comprovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

▫ 5ª A participação do servidor em cursos, simpósios ou seminários deverá ocorrer dentro da área do cargo que exerce ou em outra área, devidamente justificada, por deliberação da administração da Câmara municipal.

Seção IV Das Vantagens Acessórias

Art. 8.º. Serão concedidas, ainda, a título de incentivo para o servidor, as seguintes vantagens acessórias:

I; Incentivo financeiro calculado sobre o valor do vencimento do cargo do servidor interessado no período em que estiver frequentando o curso superior de graduação ou especialização, conforme se segue:

Vencimento correspondente até ao nível 3, percentual de 15% (quinze por cento);

Vencimento correspondente até ao nível 6, percentual de 10% (dez por cento);

Vencimento correspondente até ao nível 9, percentual de 5% (cinco por cento);

Vencimento acima do nível 9, percentual de 3% (três por cento).

II; Incentivo de conclusão de curso regular para formação educacional, aplicado em conformidade com a tabela de vencimentos do cargo do servidor, a título de promoção horizontal.

▫ 1ª O incentivo previsto no inciso I do caput será concedido para a participação de apenas um curso superior de graduação ou de especialização a cada cinco anos, observando-se os seguintes critérios:

I; Apresentação de comprovante de matrícula em curso de graduação ou especialização; e,

II; Comprovação regular da frequência escolar.

Seção V Das Funções Gratificadas

Art. 9.º. As funções gratificadas, definidas por esta Lei Complementar, se destinam a remunerar o servidor pelo exercício de trabalhos de natureza extraordinária, precária e transitória estranhas ao cargo efetivo, ou ainda, direção, chefia e assessoramento, não se incorporando, para todos os efeitos, ao vencimento do servidor que as exercer.

▫ 1ª As funções gratificadas são escalonadas em três níveis de complexidade e serão concedidas pelo Chefe do Poder Legislativo, exclusivamente, aos ocupantes de cargo de carreira, de acordo com a necessidade da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

Art. 2º Os níveis de complexidade de que trata o parágrafo anterior são definidos em percentuais calculados sobre o vencimento no qual o servidor esteja vinculado conforme segue abaixo:

I ; Gratificação de função de serviços de alta complexidade, 40% (quarenta por cento);

II ; Gratificação de função de serviços de média complexidade, 30% (trinta por cento);

III ; Gratificação de função de serviços de baixa complexidade, 20% (vinte por cento).

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei Complementar:

I ; Serviços de alta complexidade, toda atividade que exija esforço e raciocínio considerado, conhecimento intelectual mais apurado, maior concentração e dedicação do servidor no serviço;

II ; Serviços de média complexidade, toda atividade que exija pouco raciocínio para a sua execução e que exige conhecimentos teóricos e práticos;

III ; Serviços de baixa complexidade, toda atividade mais simples que exija qualquer conhecimento intelectual para a sua execução e que exige menos conhecimentos teóricos e práticos.

Art. 10- O servidor efetivo que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão terá o direito de fazer opção pela maior remuneração.

Parágrafo único. O servidor efetivo, caso não opte pela maior remuneração, terá o direito de perceber a sua remuneração atual acrescida de 40% (quarenta por cento) de gratificação sobre o valor do cargo comissionado.

Art. 11- Todo servidor de provimento efetivo que vier a ocupar cargo em comissão terá resguardado o seu direito de retornar ao seu cargo e vencimento de origem quando ocorrer sua exoneração do cargo comissionado.

Art. 12- Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 13- As funções gratificadas e o vencimento pago no exercício da função comissionada ou fora dela não se incorporarão ao vencimento do cargo efetivo, em hipótese alguma.

Seção VI Da Acumulação de Cargos

Art. 14- Será permitida a acumulação de remuneração somente nos casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, observado ainda o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Novo Mundo ; MT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

Art. 15- " vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal com a remuneração do cargo ou função pública, ressalvados cargos acumuláveis na forma do artigo anterior, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei Complementar de livre nomeação e exoneração nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional

Art. 16- O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional é o conjunto de procedimentos administrativos direcionados para o acompanhamento, desenvolvimento e avaliação do desempenho funcional do servidor, conforme definido constante do inciso I do parágrafo único art. 17 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O sistema a que se refere o caput compreende ações voltadas para o estabelecimento de padrões de atuação funcional compatíveis com a realização dos objetivos da Câmara municipal e para a orientação do servidor em seu posto de trabalho, culminando com a produção de informações sobre o seu desempenho e seu potencial no serviço público.

Art. 17- A avaliação de desempenho funcional tem por objetivo medir a aptidão para o efetivo desempenho do cargo, observando-se os dispositivos previstos no artigo 18 desta Lei Complementar.

Art. 18- A avaliação de desempenho funcional constitui instrumento para a gestão de recursos humanos da Câmara Municipal de Novo Mundo ; MT, com objetivos formativos e informativos, considerando-se os seguintes critérios:

I; Assiduidade;

II; Disciplina;

III; Capacidade de iniciativa, eficiência e eficácia na busca de resultados;

IV; Produtividade e qualidade no trabalho;

V; Responsabilidade e dedicação ao serviço.

Art. 19- A avaliação de desempenho funcional será realizada por uma comissão especial criada para esta finalidade, constituída de 03 membros titulares e um suplente, dos quais um representará obrigatoriamente o quadro de servidores efetivos, sendo todos designados pelo presidente.

§ 1º A comissão de que trata o caput se reunirá semestralmente com a finalidade de promover a compilação dos dados das avaliações feitas durante cada exercício.

Art. 20- A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Funcional terá as seguintes atribuições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

I ; Revisar o preenchimento das fichas de avaliação, retornando-as ao avaliador, caso alguma dúvida seja suscitada, com objetivo de evitar erros na conclusão da avaliação do desempenho funcional;

II ; Emitir pareceres sobre o resultado das avaliações, especialmente para efeito de estágio probatório;

III ; Indicar ao responsável pela Área de recursos humanos os programas de treinamento e de acompanhamento sócio-funcional, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos servidores, melhorando assim a eficiência e produtividade nas unidades administrativas da Câmara municipal;

IV ; Analisar, emitir parecer conclusivo e decidir sobre os processos de discordância na formalização final da avaliação;

V ; Appreciar as ocorrências de desempenho insuficiente para subsidiar ações de sua recuperação e demais medidas administrativas;

VI ; Avaliar o funcionamento do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional no âmbito da Câmara municipal, propondo ações corretivas mantenedoras;

VII ; Desenvolver outras ações relacionadas com o desempenho funcional do servidor.

Art. 21- Os critérios de julgamento mencionados no art. 18 desta Lei Complementar poderão ser adaptados em conformidade com as peculiaridades das funções do cargo exercido pelo servidor e com as atribuições da unidade administrativa a que esteja vinculado.

Art. 22- Os critérios de avaliação deverão ser divulgados com antecedência para ciência de todos os servidores e aplicados homogeneamente entre funções e cargos de atribuições iguais e semelhantes, garantindo-se ao servidor o acesso ao seu processo e ampla defesa.

Art. 23- Será fixada uma pontuação mínima de 70% (setenta por cento) a ser obtida na apuração dos critérios referidos nos incisos do art. 18, adotando, como tal, os seguintes conceitos de avaliação, em estrita observância às normas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

*Conceito A ; Ótimo, que varia entre 90 (noventa) a 100% (cem por cento);
Conceito B ; Bom, que varia entre 70 (setenta) a 89% (oitenta e nove por cento);*

Conceito C ; Insuficiente, para toda pontuação abaixo de 70% (setenta por cento).

Art. 24 - Conclusão da avaliação de desempenho dos servidores será obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no seu termo final, inclusive o relatório referente ao colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

☐ 1..Quando o termo de avaliação semestral concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor deverá indicar as medidas necessárias de correção, em especial aquelas destinadas a promover a respectiva capacitação ou treinamento.

☐ 2..." assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação do seu desempenho, obedecendo aos preceitos contidos nos princípios institucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

☐ 3..O servidor será notificado do conceito semestral que lhe for atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias, cujo pedido será analisado em igual prazo.

☐ 4" Os conceitos semestrais atribuídos aos servidores instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na mesma serão arquivados em pastas ou base de dados individuais, permitida a consulta pelo avaliado a qualquer tempo.

☐ 5..A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Funcional terá amplo acesso a todas as fichas de avaliação e poderá emitir tanto opinião quanto orientação a respeito das mesmas.

Art. 25- Na hipótese de insuficiência de desempenho funcional a comissão de avaliação deverá encaminhar o servidor para um processo de capacitação, tendo em vista sua plena recuperação para o desempenho do respectivo cargo.

Art. 26 No caso de persistir a situação de insuficiência do servidor, esgotados todos os meios para a sua recuperação, deverá ser aberto processo administrativo para a demissão do mesmo, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 27- A coordenação geral do Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional é de responsabilidade do Recursos Humanos, que deverá encarregar-se de promover todo o apoio técnico aos programas de treinamentos necessários ao seu desenvolvimento, bem como dar o encaminhamento cabível às questões suscitadas a partir das avaliações.

Art. 28- Para atendimento do disposto neste capítulo as avaliações serão realizadas semestralmente nos meses de julho e dezembro, tendo por base regulamento e ficha apropriada, contendo as normas de sua aplicação baixadas por resolução específica.

CAPÍTULO V Da Evolução Funcional

Art. 29- As formas de evolução funcional instituídas por esta Lei Complementarão as seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

I; Promoção horizontal;

II; Progressão vertical.

Parágrafo único. O desenvolvimento do servidor na carreira se dará no mesmo cargo por meio da promoção e da progressão referidas nos incisos do caput.

Seção I

Da Promoção Horizontal

Art. 30 - A promoção horizontal, na forma definida no inciso IV do art. 1º desta Lei Complementar, ocorrerá de acordo com requerimento do interessado, com a apresentação da documentação comprobatória, desde que cumprido o interesse exigido.

Parágrafo único. O requerimento acompanhado das peças citadas no caput deverá ser analisado pela área de recursos humanos e deferido pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal.

Art. 31- As classes de cada nível estruturadas em linha horizontal que variam da letra A até a letra D, de acordo com os grupos ocupacionais e a escolaridade dos cargos conforme definidos nos parágrafos seguintes:

1..Os ocupantes de cargos cujo provimento exija escolaridade de grau de ensino médio serão promovidos de acordo com os dispositivos abaixo nas Classes A até D:

I; Classe A, formação escolar de ensino médio, profissionalizante ou não;

II; Classe B, requisito da Classe A, mais 240 (duzentas e quarenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

III; Classe C, curso superior completo.

IV; Classe D, requisito da Classe C mais curso de especialização/pós-graduação, na área relacionada com sua graduação.

2..Os ocupantes de cargos cujo provimento exija escolaridade de ensino fundamental completo serão promovidos de acordo com os dispositivos a seguir nas Classes da letra A até C:

I; Classe A, formação completa do ensino fundamental;

II; Classe B, requisito da classe A mais ensino médio completo

III; Classe C, requisito da Classe B mais curso superior.

3..Os ocupantes de cargos cujo provimento exija escolaridade de Ensino Superior, serão promovidos de acordo com os dispositivos a seguir nas Classes da letra A até C:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

I; Classe A, formação escolar de ensino superior;

II; Classe B, requisito da Classe A, mais 240 (duzentas e quarenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;

III; Classe C, curso de especialização/ Pós graduação, na área relacionada com sua graduação.

☐ *4..Todos os diplomas dos cursos referidos neste artigo deverão atender às normas do Conselho Nacional de Educação.*

☐ *5..A promoção horizontal exigirá carência ou interstício mínimo de três anos, e somente será concedida depois da aprovação no estágio probatório para os novos concursados.*

Seção II Da Progressão Vertical

Art.32- A progressão vertical, definida no inciso V do art. 1º desta Lei Complementar, dar-se-á por meio da evolução nos níveis da carreira, condicionada à aprovação do efetivo exercício do cargo a cada interstício de três anos e obtenção de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos pontos na média das avaliações semestrais de desempenho.

Parágrafo único. O tempo de serviço do servidor da carreira em exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Municipal será contado para os efeitos do disposto no caput, excluindo-se o tempo de serviço em disponibilidade para órgão de outra esfera de governo e de outro poder.

Art. 33- Não terá direito à evolução nos níveis da carreira o servidor que, em cada interstício de três anos:

I; Afastar-se do serviço por motivo de licença para tratar de assuntos particulares;

II; Cometer falta passível de advertência escrita ou suspensão disciplinar;

III; Faltar ao serviço injustificadamente por mais de quinze dias, consecutivos ou não;

IV; Apresentar atestado médico de profissional que não seja da rede pública de saúde.

☐ *1º O interstício comeará a ser contado a partir do mês em que se der o enquadramento dos servidores no presente plano.*

☐ *2º Os servidores não beneficiados pela progressão vertical em função do disposto no caput somente terão direito a mesma depois de nova contagem de interstício de três anos.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

CAPÍTULO VI

Das Despesas com Pessoal

Art. 34- O Poder Legislativo Municipal não poderá despesar com pessoal mais do que 70% (setenta por cento) do seu repasse, na forma do inciso 1º do artigo 29-A da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1º- Para os fins deste artigo, consideram-se:

I ; Despesas Totais com Pessoal: o somatório das despesas de pessoal e encargos sociais da Administração realizados pelo Legislativo Municipal, considerando-se os ativos, inativos e pensionistas, excetuando-se as obrigações relativas a indenizações por demissões, inclusive as que possam ser gastas com incentivos CEdemissão voluntária;

II ; Despesa de Pessoal: o somatório dos gastos com qualquer espécie remuneratória, tais como vencimentos, vantagens fixas e variáveis, proventos de aposentadoria e pensões provenientes de cargos ou funções públicas civis ou de membros do Poder, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza;

III ; Encargos Sociais: o somatório das despesas com os encargos sociais inclusive as contribuições para as entidades de previdência social;

§ 2º- Nos demais procedimentos relativos ao gasto com pessoal deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VII

Da Administração e Gestão do Sistema de Recursos Humanos

Art. 35- A administração e a gestão do Sistema de Recursos Humanos do Poder Legislativo Municipal de Novo Mundo ; MT fica vinculada a unidade administrativa CEqual caberá:

I ; Implementar e coordenar a sistemática de avaliação de desempenho funcional;

II ; Capacitar e treinar os membros componentes da comissão de avaliação referida no inciso anterior;

III ; Acompanhar o resultado das avaliações de desempenho, indicando para a presidência da Câmara municipal o resultado e o encaminhamento do servidor para cada situação apresentada nos relatórios da comissão;

IV ; Fiscalizar e exigir o cumprimento do exercício cada servidor conforme as atribuições do seu cargo;

V ; Submeter CPresidência da Casa os atos necessários Cimplantação e aplicação do disposto nesta Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

▫ *1...Os novos concursados ao tomarem posse no cargo sero registrados no Recursos Humanos, que os designarE para prestarem servios nos diversos setores da cOmara municipal, em conformidade com as necessidades e peculiaridades de cada Lrea e a disponibilidade de vaga e de pessoal.*

CAPITULO VIII **Das Disposiões Gerais**

Art. 36- A presente Lei Complementar se aplica a todos os servidores de carreira do Poder Legislativo Municipal.

Art. 37- A composiõ e a forma de remuneraõ dos servidores efetivos do quadro de pessoal da cOmara municipal passam a vigorar de acordo com as disposiões desta Lei Complementar.

Art. 38- Fica reservado o percentual m nimo de 5% (co por cento) dos cargos de provimento em comisso para serem preenchidos por servidores de carreira deste Poder Legislativo, nos termos do inciso V do art. 37 da Constituõ Federal.

Art. 39- A carga horria oficial de trabalho dos servidores da cOmara municipal e 30 (trinta) horas semanais em turno cni de 6 (seis) horas diErias, conforme se dispuser em resoluõ, ou de acordo com a necessidade do legislativo.

▫ *nico: O ocupante do cargo de Vigilante cumprirE carga horria com turno de 12 x 36 (doze por trinta e seis) horas.*

Art. 40- O Chefe do Poder Legislativo Municipal poderE baixar resoluõ para estabelecer carga horria diferenciada para outras categorias funcionais em Lreas de trabalho diferentes, em razõ das peculiaridades dos servios, desde que ni o ultrapasse a 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 41- O salrio-fam lia estabelecido no Estatudo dos Servidores P blicos Municipais de Novo Mundo ; MT serE devido aos servidores cuja remuneraõ seja menor ou igual ao valor da primeira faixa de descontos da tabela de contribuõ do INSS ; Instituto Nacional de Seguridade Social.

Art. 42- O piso do vencimento dos servidores efetivos do Legislativo Municipal e definido na primeira referõncia da tabela de cada cargo aprovada por esta Lei Complementar.

Art. 43- Nenhum servidor do Legislativo Municipal poderE perceber vencimento inferior ao salrio m nimo fixado no pãressalvado o caso de pagamento proporcional E carga horria trabalhada.

Art. 44 O vencimento dos servidores de carreira somente poderE ser alterado por Lei Complementar especifica de iniciativa privativa do Poder Legislativo, assegurada a revisõ geral anual, sempre na mesma data e sem distõõ de ndices.

▫ *1..A revisõ geral do vencimento dos servidores do Legislativo Municipal deverE ocorrer no mEs de maio de cada ano, considerando-se este mEs como data*



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

base das categorias funcionais, observadas as disposições constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Novo Mundo ; MT.

2..O percentual de reajuste decorrente da revisão geral será mínimo para todas as categorias funcionais do quadro de efetivos, inclusive aposentados e pensionistas e deverá ser estabelecido por Lei Complementar específica de iniciativa do Poder Executivo Municipal.

3..O indicador econômico a ser utilizado para o ajuste de vencimentos será o mesmo índice utilizado pelo executivo para corrigir os vencimentos dos servidores municipais.

Art. 45- Todo servidor efetivo do Poder Legislativo Municipal fará jus à licença especial prêmio de 03 meses, concedida a cada cinco anos de efetivo exercício na Câmara, observados os dispositivos estabelecidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Novo Mundo ; MT.

Art. 46- Aplicam-se aos servidores do Poder Legislativo todas as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo ; MT, cabendo ao seu presidente as decisões relativas à Câmara municipal.

CAPÍTULO IX

Das disposições Transitórias

Seção Única

Do Enquadramento Funcional

Art. 47- Os servidores de carreira deverão ser enquadrados no presente plano imediatamente após sua publicação, de acordo com os critérios definidos nos parágrafos a seguir.

1..Os critérios de enquadramento funcional e progressão vertical, com base no tempo de serviço, dar-se-ão da seguinte forma, para os ocupantes de cargos de provimento efetivo:

até três anos completos, na primeira referência da faixa de vencimento;

de três a seis anos completos, na segunda referência da faixa de vencimento;

de seis a nove anos completos, na terceira referência da faixa de vencimento;

de nove a doze anos completos, na quarta referência da faixa de vencimento;

de doze a quinze anos completos, na quinta referência da faixa de vencimento;

de quinze a dezoito anos completos, na sexta referência da faixa de vencimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO-MT

CNPJ: 01.614.517/0001-33

□ 2..O enquadramento dos servidores na presente Lei Complementar serŁ efetuado pela Ērea de recursos humanos.

□ 3..No caso do enquadramento do servidor recair numa referβncia cujo valor seja inferior ao seu vencimento atual, este serŁ colocado em uma referβncia posterior na qual apresentar o vencimento igual ou superior ao percebido pelo servidor.

Art. 48- Depois de divulgado o resultado do enquadramento o servidor que nŁ concordar com o mesmo terŁ o prazo de 10 (dez) dias para interposiŁŁo de recurso, devidamente fundamentado.

Art. 49- enquadramento dos servidores efetivos nas respectivas carreiras obedecerŁ Ő normas estabelecidas nesta Lei Complementar e serŁ feito por ato administrativo da Mesa Diretora.

CAPĒTULO X

Das DisposiŁŁes Finais

Art. 50- As normas complementares necessŁrias ao cumprimento desta Lei Complementar serŁo baixadas por resoluŁŁo no prazo de atŁe 90 (noventa) dias contados da sua publicaŁŁo.

Art. 51- As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrŁo por conta do OrŁamento Anual, alocados na CŁmara Municipal de Novo Mundo ; MT, suplementadas se necessŁrio nos termos da legislaŁŁo orŁamentŁria pertinente.

Art. 52 - A presente Lei Complementar vem reestruturar e modernizar a AdministraŁŁo da CŁmara Municipal de Novo Mundo, de modo e forma que os serviŁos sejam centralizados e realizados de acordo com a probidade administrativa e o interesse social.

Art. 53- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicaŁŁo revogada as disposiŁŁes em contrŁrio.

CŁmara Municipal de Novo Mundo ; MT, 24 de Maio de 2013.

SEMILDO ROGERIO HOBOLD

Presidente da CŁmara

Bienio 2013/2014



Estado de Mato Grosso

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CGC 01.623.513/0001-11

ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRAU DE ESCOLARIDADE	CARGO/PERFIL PROFISSIONAL	VENCIMENTO INICIAL EM R\$	VAGAS CRIADAS
ENSINO SUPERIOR	Controle interno	1.900,00	01
	Contador	2.500,00	01
	TOTAL DE VAGAS		02

GRAU DE ESCOLARIDADE	CARGO/PERFIL PROFISSIONAL	VENCIMENTO INICIAL EM R\$	VAGAS CRIADAS
ENSINO MÉDIO COMPLETO	Agente Administrativo I	1.866,00	01
	Agente Financeiro e Patrimonial	1.500,00	01
	Atendente	700,00	01
	Motorista	700,00	01
	TOTAL DE VAGAS		04

GRAU DE ESCOLARIDADE	CARGO/PERFIL PROFISSIONAL	VENCIMENTO INICIAL EM R\$	VAGAS CRIADAS
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	Auxiliar de Serviços Gerais	700,00	02
	Vigilante	700,00	02
	TOTAL DE VAGAS		04

QUADRO DE FUNÇÃO GRATIFICADA EXCLUSIVA DE OCUPANTE DE CARGO DE CARREIRA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	PERCENTUAL	QUANTIDADE
SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	FG-1	40% (conforme art. 9º)	02
SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE	FG-2	30% (conforme art. 9º)	02
SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE	FG-3	20% (conforme art. 9º)	01